

UM NOVO (VELHO) CONCEITO DE MUSEU



Mário de Souza Chagas
Diretor do Museu Joaquim Nabuco
da Fundação Joaquim Nabuco

“O museu é uma instituição permanente de fins não lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire e conserva, pesquisa e expõe, com finalidade de estudo, educação e entretenimento a evidência material do homem e de seu ambiente.” 1

Estatutos do International Council of
Museums (ICOM)

Por esta definição compreende-se que o material de trabalho do museu é o produto da relação do homem com o seu ambiente. A predominância de um dos elementos desse par dialético aproxima os museus, ora das artes e das ciências do homem, 2 ora das chamadas ciências da natureza. O conjunto formado pela variedade de museus, daí surgida, constitui como que um todo contínuo, à semelhança daquele formado entre o homem e a natureza. 3

Neste ponto cabe introduzir as seguintes questões: Esgota-se na seleção, conservação e exposição de evidências materiais, os serviços do museu? Quais as contribuições que pode prestar a museologia?

Não é difícil compreender a abrangência do universo de estudo dos museus; os serviços relevantes que podem prestar aos estudiosos que se ocupam das mais diversificadas áreas do conhecimento; bem como o papel que podem desempenhar na veiculação, dinamização, divulgação e objetivação dos estudos realizados nestas mesmas áreas — e tudo isso dentro de uma visão estritamente museológica.

A museologia — apesar da maneira assistemática como vem sendo desenvolvida e neste ponto a referência incide de modo particular sobre a museologia brasileira — possui uma metodologia característica, que consiste em ampliações e extrapolações coerentes a partir de um dado objeto (não necessariamente tridimensional), que passa a ser um canal transmissor em cujas extremidades encontram-se: o objeto conhecido e o sujeito cognoscente, o passado e o futuro (tem-

po tríbulo), a conservação e a deterioração, o museólogo (com a sua mensagem) e o público.

A museologia assim concebida permite que se visualize duas abordagens distintas, e complementares, para um mesmo objeto: se por um lado ele pode ser apreendido: como o ponto inicial (ou fonte) capaz de suscitar questões, e, em consequência, pesquisas e investigações; por outro (enquanto *bem museável* a caminho de sua transformação em *bem museológico*) pode significar o ponto de chegada, a materialização ou o resultado final de um estudo realizado. É interessante compreender a dinâmica destas abordagens, pois uma pequena alteração de enfoque ou de contexto, transmuda o ponto de chegada em ponto de partida e vice-versa, isto enriquece enormemente as possibilidades de utilização do acervo dos museus.

Nesta ótica, se nos afigura como antiquada e imprópria a definição de museologia como a "Ciência que estuda a história dos museus", ou simplesmente, de acordo com a etimologia da palavra, o "Estudo dos Museus". De uma maneira mais ampla deverá ser conceituada (a museologia) como o estudo sistemático das técnicas adequadas de preservar, conservar, dinamizar e transmitir, sem distinção de qualquer natureza, o conhecimento humano, através de documentos (aí incluímos idéias, odores, sons, imagens, elementos da flora, da fauna, objetos tridimensionais, cidades, fábricas, reservas florestais, etc.) devidamente identificados, selecionados e classificados. Sem esquecer a história, as finalidades e a organização dos museus, deverá também, a museologia, estudar a gênese no homem dos instintos de preservação e de depredação, que por vezes se confundem.

Para um aprofundamento do último aspecto referido de todo seria oportuno investigar quais os subsídios que a arqueologia, a história, a biologia, a psicologia, a sociologia, dentre outras ciências, fornecem à museologia. Com certeza, seríamos levados ao entendimento de que os instintos de preservação e depredação estão, cristalizados e combinados em diferentes proporções, na psique de cada indivíduo. Tais elementos não raramente encontram-se dissimulados e aquilo que, a princípio, mascarava-se como orientação preservativa, mostra-se posteriormente, como uma depredação da vida e de sua dinâmica. Desta forma, a tentativa de preservar os espécimens da fauna por processos taxidérmicos pode levar o indivíduo a destruir a vida daquilo que deveria ser exatamente o objeto de preservação; de igual modo, o desejo de se preservar um documento qualquer da ação dos agentes físicos, químicos e biológicos, pode conduzir a uma ação no sentido de isolar o documento de todo o contato com aquilo que é vivo.

Estes instintos básicos foram identificados por Freud como *Eros* (instinto de vida) e *Thanatos* (instinto de morte), a eles também se referia Empédocles de Agrigento, no V século a.C., como sendo as forças do *Amor* e do *Ódio*, responsáveis pela união e pela separação entre todas as coisas. Compreendemos, assim, que o desenvolvimento do hábito de organizar coleções tem por base estes dois instintos. Hábito este que não é nada recente, haja vista o fato de que coleções de arte, de objetos raros, exóticos e curiosos, foram criadas, por deleite, por acúmulo de riquezas, por determinação religiosa ou como marca de prestígio social, no Egito, na Índia, na Grécia e na Roma dos períodos anteriores à era Cristã; e se quisermos recuar ainda mais, vamos encontrar nos sítios arqueol-

lógicos pré-históricos coleções de conchas, pedras, ossos e outros materiais. Recente, contudo, é o enorme potencial destrutivo e o agir destruidor que exercemos em grande escala sobre o nosso patrimônio natural e cultural com o apoio da tecnologia contemporânea; e recente também é a preservação perpetrada dentro de uma ótica científica, onde a química, a física, a biologia e a matemática desempenham papéis importantes.

O avanço das técnicas museológicas e museográficas está a exigir a conscientização de que o museu é a intersecção entre o passado e o futuro, de que ele não é uma ilha onde apenas alguns argonautas conseguem ancorar, e que para poder acompanhar o ritmo das transformações do mundo contemporâneo (o museu) deve tornar claro e compreensível o seu *discurso sobre o homem* e deve revestir-se, cada vez mais, de um caráter social e educativo. Esta conscientização nos levará, sem dúvida, a um melhor e mais ampliado entendimento da afirmação de Hugues de Varine-Bohan, Diretor do Conselho Internacional de Museus, feita em Mensagem contida no *Guia dos Museus do Brasil*: "O museu é o espelho onde o homem se reconhece no meio da natureza que ele formou e transformou, no seio da comunidade social — local, nacional e universal — que condiciona sua existência material, intelectual e espiritual, em relação às coisas que ele colhe, produz e consome". 4

Esta assertiva evidencia o fato de que o trabalho precípua do museu é levar o homem à reflexão, é colocá-lo diante de Si Mesmo e de seu ambiente físico e social, é formular questões coerentes e propor soluções viáveis, deixando, contudo, ao próprio homem a liberdade de escolha. Esta assertiva evidencia ainda que o homem foi, é e será a gema de todos os museus, o que é válido mesmo para os mineralógicos, botânicos e zoológicos, por mais estranho que isto se nos afigure. Do ponto de vista museológico, como anteriormente insinuamos, não existe uma dicotomia efetiva entre as Ciências do Homem e da Natureza, mas uma justa interação que pode resultar em notáveis benefícios para aquele a quem o museu se destina.

Desta forma é possível que se entenda porque o estudo da museologia, e conseqüentemente dos museus, pode trazer consideráveis subsídios para as pesquisas de biologia, física, história, arte, psicologia, sociologia, etc., relacionadas com as diferentes conjunções espaço-temporais. É bem verdade que estes subsídios museológicos não dispensam, quando for o caso, as pesquisas de campo e de laboratório, porém não é menos verdade que o estudo criterioso dos museus pode poupar meses e até anos de pesquisa, pode mesmo surpreender o pesquisador com revelações acerca da sua e de outras áreas de estudo.

Os museus que já na atualidade funcionam dentro deste sistema aberto, onde se pode perceber claramente a interação Museu-Sociedade, merecem ser intitulados como *verdadeiros museus* ou como *museus verdadeiramente representativos*. Todos estes museus representam como que fragmentos do conhecimento humano. A conjugação de todos estes fragmentos pode nos conduzir a uma melhor noção (não definitiva e completa) acerca do próprio homem.

Verifica-se assim que os museus — por retratarem vivências humanas, e por se constituírem em guardiões dos elementos representativos da cultura e da sociedade — são uma representação ou cristalização, ao menos parcial, daquilo

a que o psicólogo suíço C. G. Jung denomina de Inconsciente Coletivo, e que é o substrato psíquico comum à humanidade em geral, independentemente das diferenças étnicas, religiosas, geográficas e cronológicas. Através do Inconsciente Coletivo “pode ser explicada a analogia, que vai mesmo até a identidade, entre vários temas míticos e símbolos, e a possibilidade de compreensão entre os homens em geral”.⁵ Afirmamos isso no intuito de evidenciar que o conhecimento dos museus pode nos levar a reconhecer um pouco mais daquilo que por trás da consciência se acha, pois, grande parte dos conteúdos gravados no Inconsciente Coletivo, em imagens arquetípicas, encontram-se vivamente reproduzidos nos museus através da heráldica, da numismática, da sigilografia, da paleografia, da pintura, da escultura, da gravura, dos implementos religiosos, da arte popular, etc. Um estudo, por exemplo, da evolução dos símbolos religiosos pode nos indicar algumas das metamorfoses sofridas pelo inconsciente ao longo dos tempos.

II

Para atingir o cerne da questão a que nos propusemos, faz-se necessário uma revisão acerca da evolução do vocábulo museu e do seu conceito.

No VI século a.C. o vocábulo grego *Museum* foi adotado para designar o *Templo das Musas* (em Crotona), que era o edifício principal do Instituto Pitagórico. “O Instituto compreendia, numerosas dependências consagradas à moradia, exercícios, jogos e artes. Seus vastos jardins, plantados de ciprestes e olivas, estendiam-se até o mar”.⁶

Já no IV século a.C. Ptolomeu Filadelfos, mandou construir na cidade de Alexandria, entre outros monumentos, um Teatro, um Farol e um Museu. Tal museu, de acordo com o historiador italiano Césare Cantù, “continha tudo o que constitui hoje uma universidade. Achavam-se lá vastos pórticos para passear ensinando, e as coleções dos livros mais célebres da antiguidade, com um grande número de empregados para copiarem, corrigirem, dourar e enfeitar os papiros. Por toda a parte onde existiam livros, mandavam-se pedir emprestados e depois mandavam-se entregar aos seus proprietários belas cópias, guardando os originais. (. . .) Os sábios mais célebres de todos os países foram chamados para professar no Museu, e para lá dirigiram o ensino que, deixando pouco a pouco predominar a índole egípcia, veio a tomar um caráter sacerdotal. Demétrio de Faleró foi, segundo se diz, o primeiro encarregado da direção do Museu, por Ptolomeu . . .”.⁷

Ainda que a este respeito quase nunca se faça referência nos compêndios museológicos, os museus de Crotona e Alexandria funcionaram não apenas como sede de objetos, mas principalmente como centros de educação e irradiação do conhecimento, e como tal pretendiam dar respostas satisfatórias para as interrogações a respeito do homem, o que necessariamente era levado a efeito através do vínculo estreito mantido com a filosofia, que na época representava a síntese do conhecimento.

O interesse romano pela tradição cultural grega refletiu-se, no que tange as artes plásticas, através da formação de coleções particulares constituídas de obras originais, adaptações ou cópias. Coleções estas que a partir do século II

a.C. foram enriquecidas pela pilhagem que os generais romanos praticavam nas cidades conquistadas.

Durante a Idade Média a nobreza e o clero funcionando como classes dominantes exerceram o controle sobre a terra, o poder e a riqueza, que se traduzia pela posse de grandes coleções de jóias e outros objetos de ouro e prata (tesouros), estaticamente guardados em caixas-fortes.

Coube aos Medici no século XV — segunda fase do Renascimento — a reutilização do vocábulo “Museu”, porém agora para designar uma coleção de caráter privado, acessível apenas aos eleitos das famílias de mecenas. Esta conceituação limitada e elitista manteve-se até o século XVII quando, em sua segunda metade, foi criado o Ashmolean Museum, a partir da coleção de Elias Ashmole, doada à Universidade de Oxford.

O século XVIII que viu a criação de instituições como o British Museum e o Museu de Ermitage, viu também o advento da Revolução Francesa, que concorreu para a renovação e ampliação do conceito do museu, que então, passou a constituir uma coleção de objetos incorporados ao patrimônio nacional e que, dentro de um prisma democrático, pertencia ao povo e devia por ele ser conhecida. É suficiente dizer que em 1793, as portas do Museu do Louvre foram abertas à visitação pública.

Foi no século XIX que se proliferaram os museus, ao lado do crescente interesse pela preservação e divulgação dos bens culturais de uma forma geral. Surgem neste período os primeiros museus de história, de folclore, de etnografia, de artes industriais, de antropologia, etc. Em 1818 foi criado no Rio de Janeiro, por decreto de D. João VI, o Museu Real que hoje constitui o Museu Nacional.

O início do século XX trouxe avanços em termos museográficos, especialmente no que diz respeito à utilização de material moderno e de novas técnicas de exposição, mas os museus, com raras exceções e quase todas não brasileiras, deixaram de ser um centro de educação e estudos sobre o homem, para se dedicarem apenas à ampliação de seus acervos, o que em breve os tornou depósitos de peças, cujo interesse de estudos e pesquisas se restringia apenas a técnicos e especialistas. O contato com o público havia sido perdido, e ainda hoje muitos museus brasileiros assim se mantêm. Esta manutenção pode ser compreendida, ainda que não justificada, pelo fato de que o museu não tendo acompanhado o dinamismo da sociedade, manteve-se fixado no objeto que preserva, projetando-se no presente com uma estrutura claudicante do passado. Além disso a maioria dos museus brasileiros importaram um modelo do “Velho Mundo”; sem, muitas vezes, o cuidado de adaptá-lo à nossa tropicalidade. E isto é injustificável, ainda mais quando se sabe que no século XVII, durante o governo do Conde Maurício de Nassau (1637-1644), teve Pernambuco através do Jardim Botânico e Zoológico do grande parque do Palácio de Vrijburg, uma pioneira experiência de museologia tropical.

III

A partir da segunda metade do atual século o conceito de museu sofreu novas transformações, que devidamente analisadas nos indicam como fatores causati-

vos imediatos, transformações maiores ocorridas principalmente em consequência da II Grande Guerra, e que trouxeram novas orientações artísticas, científicas e político-sociais. Estas transformações, ainda hoje consistem em tentativas individualizadas de novas experiências museológicas, mas com certeza em breve se consolidarão e serão incorporadas à bagagem dos museus. Essa afirmação categórica prende-se ao fato de que já se tem consciência da incrível energia potencial de que dispõe o museu, falta-nos contudo transformá-la em energia cinética, o que equivale a dinamizar o potencial educativo e cultural destas instituições. Concebemos como dinâmica museológica o direcionamento das forças componentes do museu no sentido do engrandecimento físico, psíquico e intelectual do homem, o que a relaciona profundamente com a nova (e ao mesmo tempo velha) dimensão educativa do museu. Dimensão esta que não exclui, antes justifica, as finalidades de coleta, seleção, classificação, conservação, pesquisa e exposição que vêm sendo desenvolvidas pelos museus em geral.

Nos períodos de maior distensão social, de maior exercício da liberdade, e conseqüentemente de maior desenvolvimento cultural, o museu apresenta-se como um centro de conhecimento, onde as mais variadas ciências encontram um veículo não-formal, ainda que seguro, para se transmitirem às gerações presentes e futuras. Em contrapartida, nos períodos de tensão social e de castração moral e intelectual (como é o caso das guerras e dos governos totalitários), há uma verdadeira contração do conceito e/ou das atividades dos museus, que passam a ser apenas “depósitos de curiosidades”, perdem a sua função educativa e apenas conservam e guardam, de prováveis acidentes, as suas coleções.

Assim o que se nos afigura é que diante das exigências do mundo contemporâneo, faz-se necessário uma reformulação do conceito de museu. Não basta mais a qualificação de museu dinâmico, é necessário torná-la prática e levá-la até às últimas conseqüências. Desta prática é que há de surgir o museu novo.

O museu novo é uma volta, dentro de um sistema de espiral ascendente, ao conceito de museu do Instituto Pitagórico, antes de sua decadência, que era o mesmo que o de uma “Universidade Laica e Independente”. É por este pólo que entendemos a afirmação de Bugues de Varine-Bohan de que o “museu é a Universidade do objeto”.⁸

O novo museu, assim concebido, deve orientar-se no sentido de colaborar, de alguma forma, para um melhor conhecimento do homem acerca de Si Mesmo, acerca da natureza e do organismo social onde vive, com o qual se relaciona profundamente. O museu que realiza a integração entre o homem, o meio ambiente e a sociedade, vivencia o sentido pleno do *Eco-museu*, pois, obrigatoriamente, estará adaptado à região e a serviço da comunidade. O elemento mais importante para estes museus não é o objeto, mas o homem como criador, conservador e destruidor de suas próprias criações.

A importância do objeto reside no tipo de relação que mantém com o elemento humano e na valorização desta relação pela comunidade. É precisamente esta relação que impregna o objeto de vida e lhe confere um significado cultural, e a valorização é que lhe confere um significado social. Descobrir e nutrir a vida do objeto, através de um trabalho constante de pesquisa, classificação e conservação; perceber e evidenciar os seus significados, através de uma lin-

guagem museológica adequada aos interesses da comunidade, é um dos objetivos do técnico em museologia.

A objetivação destes conceitos exige uma verdadeira alteração nos museus, sem a qual eles não sobreviverão ou o farão acanhadamente, neste caso, como instituições antiquadas e alienadas, que não levam a sério o compromisso com o público. A objetivação destes conceitos, repetimos, exige o trabalho conjunto ou simbiótico do pessoal do museu e da comunidade onde ele se insere, e que deve refletir.

Enquanto não for procedida esta alteração os museus são apenas depósitos mais ou menos arrumados. E para que a isto se chegue, o primeiro obstáculo encontra-se a nível pessoal, porque toda a nossa educação ainda está calcada na sacralização dos museus. É necessário que o museu se liberte da atração mágica dos objetos (fetichismo) e volte-se para um contato maior com o homem.

Um museu por mais específico que seja deve partir para extrapolações que o levem a uma universalização. Um museu de fauna, por exemplo, não poderá (a menos que queira imobilizar-se) apenas se deter nos espécimens que compõem o seu acervo, deverá antes estudar e apresentar as relações e inter-relações, biológicas e ecológicas, existentes entre as mais diversas formas de vida e o meio em que vivem; nesta ordem de idéias, mesmo os problemas de saúde e higiene, que afetam ao homem, não lhe serão estranhos. Um museu biográfico, ainda outro exemplo, não deverá perpetrar um culto necrófilo à personalidade, e sim partir para uma reconstituição, ainda que a nível de imagens, das componentes telúricas, psíquicas e históricas que contribuíram para a sobrevivência e a atuação do biografado que, por seu turno, contribuiu na modificação do meio onde desenvolveu suas idéias e exerceu suas atividades. Tal museu deverá também buscar os pontos de encontro entre o biografado e o presente, de forma que as suas vivências contribuam para o despertar de novos valores.

No atual século desenvolveram-se as especializações que tem levado o homem a ter de Si Mesmo uma visão fragmentária e deformada. É hora de inverter este processo. É hora de se caminhar do particular para o universal, até que se alcance uma *visão sintética do mundo*. O técnico em museologia deverá, pois, dentro de sua área de especialização (arte, história, botânica, zoologia, mineralogia, tecnologia, arqueologia, etc.) procurar desenvolver um trabalho gradual e constante de reconstrução do homem. Neste trabalho, contudo, o museu não poderá ficar detido no espaço limitado de suas áreas de exposições, deverá projetar-se na rua, e aí exercer a sua função social, que até o presente tem sido olvidada. E para isso é fundamental a interdisciplinaridade.

Enquanto o homem sentir-se um estranho, uma *visita* ou simples expectador nas salas de exposições do museu, não estará havendo transmissão e vivenciação cultural, quando muito ocorrerá uma simples memorização de fatos, nomes e coisas. A contemplação passiva é de todo incompatível com as funções educativa e social do museu.

“O museu é o espelho onde o homem se reconhece”, afirma o Diretor do ICOM, contudo muitos espelhos estão embaçados e não levam o homem à reflexão, pelo contrário apresentam monstruosas deformações. Como anteriormente foi insinuado, o museu é um “discurso sobre o homem”, e no entanto a maior

parte dos museus brasileiros fazem discursos que o próprio homem brasileiro não entende.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 BARRETO, Maria de Lourdes Parreira Horta et alii. *Código de Prática para a Gerência de Museus*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Museologia, s. d. Mimeografado.
- 2 As afinidades entre os museus e as ciências do homem foram apontadas por Gilberto Freyre em *Ciência do Homem e Museologia: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste* do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, IJNPS, 1979. il. (Série Documentos, 14).
- 3 DEWEY, John. Estudos físicos e estudos sociais: naturalismo e humanismo. In: *Democracia e Educação*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, p. 305-20. (Atualidades Pedagógicas, 21).
- 4 VARINE-BOHAN, Hugues de. Mensagem. In: CAMARGO E ALMEIDA, Fernanda de. *Guia dos Museus do Brasil: roteiro dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1972, p. 7 e 8.
- 5 SILVEIRA, Nise da. *Jung: Vida e Obra*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1974, p. 73.
- 6 MACÉ, Federico e ALFONSO, Eduardo. *La Sabiduria Pitagórica*. México, Editorial Orion, 1974, p. 20.
- 7 CANTÚ, Césare. *História Universal*. São Paulo, Editora das Américas S. A., 1963, v. 3, p. 371 a 373.
- 8 VARINE-BOHAN, Hugues. Apud: TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Museu*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1972, p. 35.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Maria de Lourdes Parreira Horta et alii. *Código de prática para a gerência de Museus*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Museologia, s. d. Mimeografado.
- CAMARGO-E-ALMEIDA, Fernanda de. *Guia dos Museus do Brasil: roteiro dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1972, 317 p.
- CANTÚ, Césare. *História universal* (Storia Universale) Trad. Savério Fittipaldi. São Paulo, Editora das Américas S. A., 1963, v. 3, 526 p.
- DEWEY, John. *Democracia e educação* (Democracy and education) Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, 416 p. (Atualidades Pedagógicas, 21).

- DIREÇÃO DOS MUSEUS DA FRANÇA. *Prevenção e segurança nos Museus* (Prevention et Sécurité dans les musées) Trad. Fernanda de Camargo e Almeida-Moro e Lourdes M. Martins do Rego Novaes. Rio de Janeiro, Associação de Membros do ICOM – Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978, 216 p.
- FREUD, Sigmund. *Esboço de psicanálise*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 195-246 (Os Pensadores).
- FREYRE, Gilberto. *Ciência do homem e Museologia: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, IJNPS, 1979. 54 p. il. (Série Documentos, 14).
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem* (Man's Wordly Goods) Trad. Waltensir Dutra. 11. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. 318 p.
- MACÉ, Federico e ALFONSO, Eduardo. *La sabiduria pitagórica*. México, Editorial Orion, 1974, 125 p.
- ROJAS, Roberto et alii. *Os Museus do mundo*. Trad. Luís Amaral. Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil, 1979, 142 p. il. (Biblioteca Salvat de Grandes Temas, 26).
- SILVEIRA, Nise da. *Jung: vida e obra*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1974, 199 p.
- STRONG, Donald E. *Antigüidade clássica*. In: O Mundo da Arte. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1966, 176 p. il.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Museu*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1972, 167 p. il.
- _____. *Museu e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1958. 228 p. il.

